

O Congresso de 1991: novo?

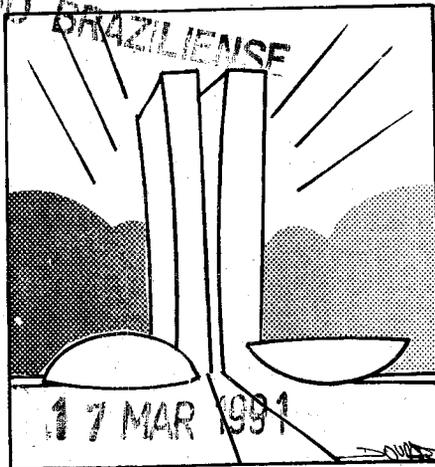
CORREIO
17 MAR 1991

Antônio Brito

O Congresso Nacional dá os primeiros sinais concretos de mudanças. O mais importante deles talvez tenha sido o menos percebido pela opinião pública brasileira. Nas recentes votações das medidas provisórias, a maioria absoluta dos senadores e deputados decidiu que o Congresso não pode mais apenas marcar posição, enquanto o Executivo governa.

No passado recente, não era assim. O regime autoritário, na mesma medida que impedia o Congresso de decidir e de fiscalizar, condenava-o apenas a discutir e a criticar. Com a vantagem adicional de não precisar, nunca, provar ou realizar o que afirmava. Já nos primeiros meses do governo Collor, o estilo narciso-arrogante do atual governo tentou assumir sozinho as responsabilidades administrativas e legislativas. O Congresso, depois de um período inicial de delegação de confiança e de poderes, tentou negociar, não conseguiu e partiu para a marcação de posição, com a aprovação de uma série infundável de projetos que, sabiam todos, seriam vetados.

Perdemos todos. O Executivo, porque não conseguirá nunca gover-



nar se não construir um clima de respeito e de negociação com o Congresso; o Congresso, porque, ao contrário do que imaginavam alguns, também se desgasta — e muito — quando aprova o ideal, o Presidente vota e os brasileiros ficam com o pior; e, acima de todos, perdeu o País, condenado a viver na mais trapalhona insegurança jurídica e social de sua história.

Tantas derrotas fizeram bem. Ao Executivo, que parece estar descobrindo a necessidade de negociação; e ao Congresso, que afirma um novo estilo de conduta, preocupado em superar as dificuldades criadas pelo estilo do governo, tratando de asse-

gurar um mínimo de governabilidade, evitando a grave crise institucional que surgirá se o Governo, no primeiro dos seus cinco anos, ficar isolado e frágil.

Para seguir nesta trilha, o governo precisará transformar o esforço das últimas semanas num estilo permanente e, com isso, manter canais eficientes de negociação. A humildade, a tolerância e a determinação de ouvir não faziam parte da receita original do atual governo. Agora, são seu único remédio. Já o Congresso, não dispensará de, para continuar no esforço que iniciou, abandonar de vez a tendência ao simples discurso parlamentar e assumir, antes que seja tarde, a responsabilidade institucional. Responsabilidade de propor o que seja viável. Responsabilidade de afastar o demagógico. Responsabilidade de articular votações e propostas com um projeto mais amplo de país e de nação.

As próximas semanas, com a instalação do Fórum Nacional, serão decisivas para mostrar se ambos, Executivo e Legislativo, aprenderam realmente as saudáveis lições deste início de ano. Se tiverem sido bons alunos, a Escola ainda pode ser salva...

■ Antônio Brito é deputado pelo PMDB do Rio Grande do Sul